

Governo estuda ampliação de benefício

LAURO RUTKOWSKI

DA EQUIPE DO CORREIO

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, admitiu a sindicalistas que o governo pode adotar medidas compensatórias para amenizar o impacto do desemprego, como a dilatação do prazo de pagamento do seguro-desemprego e a criação de frentes de trabalho. Palocci condicionou a adoção dessas medidas à necessidade de manutenção de juros altos por prazos mais longos. O ministro revelou aos sindicalistas que estudos do governo mostram que existe a possibilidade de descontos de preços serem retirados por atacadistas na hipótese de um aquecimento de consumo no varejo por conta da eventual queda de juros.

A Força Sindical, a Central Única dos Trabalhadores e a Social Democracia Sindical foram convidadas por Palocci para uma reunião no Ministério da Fazenda sobre juros, lei de falências e desemprego. A Força pretende organizar passeatas e outras manifestações contra os juros altos. Segundo o presidente da central, Paulo Pereira da Silva, as elevadas taxas de juros estão descapitalizando as empresas e, consequentemente, provocando o fechamento diário de postos de trabalho.

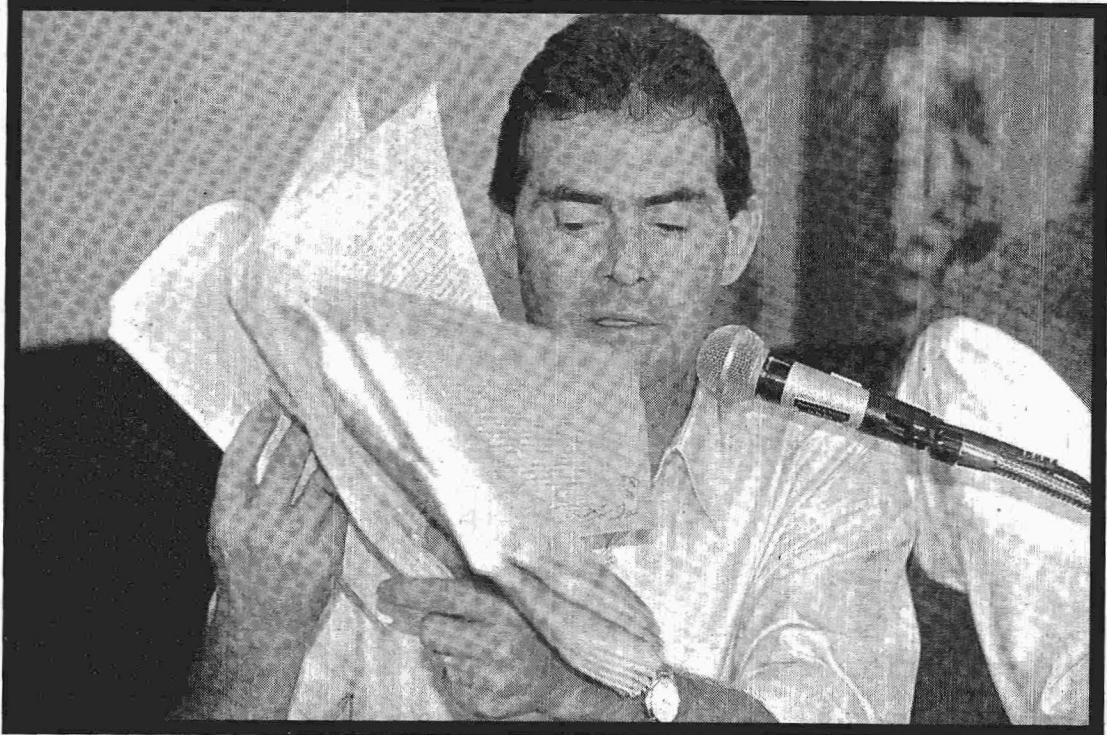
“Se os juros não baixarem, teremos desemprego recorde daqui para frente. O governo tem que entender isso e fazer alguma coisa. A inflação está caindo e os juros também precisam cair”,

disse Paulinho, que informou ao ministro Palocci sobre a possível realização de protestos nas ruas em breve. “Os indicadores de emprego estão cada vez piores”, lamentou Paulinho. Um exemplo: o emprego na construção civil do estado de São Paulo atingiu seu pior nível desde 1997, de acordo com pesquisa mensal realizada pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-SP). Em abril foram fechadas 1.450 vagas, o equivalente a uma queda de 0,42% em relação a março. Nos últimos 12 meses, o recuo chega a 5,34%, uma vez que foram fechadas 19,3 mil vagas. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (Dieese) divulga hoje pesquisa que, segundo a Força, apontará alta nas taxas de desemprego.

Falências

A nova lei de falências está em elaboração no Congresso e, em linhas gerais, agradou às centrais porque tem como finalidade recuperar empresas, evitando o desemprego. A Força reclama, porém, do teto para o pagamento de débitos trabalhistas. Em caso de falência, a empresa pagaria dívidas de até 150 salários mínimos (hoje 36 mil) por funcionário no primeiro ano da falência.

O secretário-geral da CUT, Carlos Alberto Grana, afirmou que o ministro Palocci elogiou a criação de um dispositivo no projeto para incluir os trabalhadores no grupo de gestão de empresas em processo falimentar.



PAULINHO, DA FORÇA SINDICAL: “SE OS JUROS NÃO BAIXAREM TEREMOS DESEMPREGO RECORDE DAQUI PARA A FRENTE”